



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

001870/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 6dcd26ca-ef71-44ec-a48e-05e83c444fd3

AUTUADO EM	Segunda-feira, 20 de Janeiro de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	PROTOCOLO GERAL
AUTUADO POR	ROSEANE CALDEIRA ROSA
INTERESSADO (S)	
HELCIO KRONBERG	

RESUMO
<i>RECURSO AO EDITAL DO PE 90.157/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.517/2024 - LEILOEIRO HELCIO KRONBERG</i>
DATA:20/01/2025



Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2025.

Ao

Município de Nova Friburgo/RJ

A/C

Ilmo. Pregoeiro

Ref.: RECURSO ADMINISTRATIVO

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.157/2024

HELICIO KRONBERG, leiloeiro público oficial devidamente matriculado perante a JUCERJA sob o nº 299, inscrito no CPF 085.187.848-24, com escritório estabelecido à Rua da Passagem nº 78, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, CEP: 22290-030, e-mail hirlene@kronbergleiloes.com.br, vem apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, face aos atos de licitação promovidos pelo Município de Nova Friburgo/RJ, com base nas razões de fato e direito a seguir expostas:

1. PRELIMINARES

Inicialmente, é de fundamental relevância aludir que princípio da motivação surge como mais um instrumento de garantia da Administração e dos administrados quanto ao atendimento do interesse público, revestindo-se, de certo modo, em uma forma de publicidade da vontade da Administração estampada nos seus atos.



Nesse sentido, é válida a menção ao disposto no art. 50 da Lei nº 9.784/99, o qual estabelece que a razão e os fundamentos de qualquer decisão administrativa que implique restrições a direitos dos cidadãos devem obrigatoriamente ser explicitados.

Deste modo, em observância ao Princípio Constitucional de petição concebido pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inc. LV, devem ser conhecidas as premissas aqui arguidas, e em hipótese de não provimento, que tenha o devido retorno originado pelo embasamento jurídico pertinente a tanto.

2. TEMPESTIVIDADE.

O recurso administrativo, ora interposto, é tempestivo conforme prazo estipulado pelo edital que admite e prevê 3 (três) dias úteis a contar da data da intimação do ato ou da lavratura da ata, excluindo-se o dia do início e incluindo o do vencimento.

3. DAS RAZÕES DE RECURSO.

3.1. CRITÉRIO DE DESEMPATE – ENDEREÇO PRINCIPAL DO SICAF - INAPLICABILIDADE

O Município de Nova Friburgo, com fulcro na Lei nº 14.133/2024 e demais legislações correlatas, lançou processo licitatório de Pregão eletrônico objetivando a Contratação de Leiloeiro Oficial, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, para atuar na condução de leilões públicos de bens do ao patrimônio do município.

Para tanto, publicou edital em que dentre várias disposições, previa que um dos critérios de desempate, era a preferência para aquelas empresas em que estão estabelecidas no território estadual, aferido através do endereço principal cadastrado no SICAF.

Isto posto, na data de 09/01/2025, no horário previsto em edital, foi aberta a sessão publica pelo portal de compras do Governo Federal, de modo que 15 propostas restaram empatadas.



A vista disso, inicialmente os licitantes que se declararam como empresas de pequeno porte foram desclassificados, de modo que as demais, tendo permanecidas empatadas, fora aplicado o critério de territorialidade previsto no inciso I, do §1º do art. 60 da Lei 14.133/2021, tendo sido observado o endereço cadastrado no SICAF.

Embora tal critério tenha sido objeto de impugnação, verifica-se que a administração pública reconheceu a sua aplicação, tendo sido observado para a fase de desempate.

Importante salientar que **não há no Edital a previsão de que somente é possível utilizar como parâmetro para desempate aqueles que têm domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo**, como afirma o impugnante às fls. 07, mas sim, conforme item 9.17, “b” do Edital, será dada preferência às empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro, sendo considerado para fins de desempate o endereço principal cadastrado no SICAF.

(...)

Sendo assim, tendo em vista que em sua qualificação foi apresentado que o endereço de seu escritório é Rua da Passagem n. 78, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, mesmo endereço que consta em seu Cadastro junto a JUCERJA, entende esta assessoria que não há por parte do impugnante interesse nos fatos impugnados. Tendo em vista que, conforme item 9.17 do Edital o critério de desempate levará em consideração empresas estabelecidas no **Território do Estado do Rio de Janeiro, levando em consideração apenas o endereço principal cadastrado no SICAF.**

(...)

No mais, com relação ao endereço utilizado no efetivo cadastramento de licitantes no SICAF a Comissão de Pregão possui maior expertise sobre tal assunto. Tendo a Comissão afirmado que o Município não exerce qualquer gestão ou autonomia sobre o Sistema e não há a possibilidade de alteração de nenhum dos parâmetros preestabelecidos e empregados de forma automática, os quais guardam obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, ressaltando ainda que o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br

Entretanto, conforme se nota dos documentos referentes a sessão, verifica-se que este leiloeiro recorrente, deixou de participar do sorteio entre os licitantes que no SICAF consta o endereço do Rio de Janeiro e/ou foi prejudicado por ser excluído do sorteio após aplicação de critério desmedido que é a utilização do SICAF como parâmetro.



Da organização dos licitantes, verifica-se que estes foram classificados, em primeiro momento por aqueles que se declararam como empresa de pequeno porte, sendo seguido por aqueles que são cadastrados no SICAF por endereço no Estado do Rio de Janeiro, seguidos daqueles com endereços cadastrados no SICAF em outros estados da federação. Dessa forma após o desempate pela aplicação do inciso I, do §1º do art. 60, por estas 08 propostas se manterem empatadas, procedeu-se o sorteio somente entre elas, conforme chat da sessão:

Mensagem do Pregoeiro**Item 1**

O item 1 teve empate real para o valor: 100,00% (R\$ 0,0000). Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.

Enviada em 09/01/2025 às 11:02:39h

Mensagem do Pregoeiro**Item 1**

O desempate ref. § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021 foi realizado para o item 1. Mais de uma proposta permaneceu empatada. Outro critério de desempate precisa ser aplicado.

Enviada em 09/01/2025 às 11:02:39h

Ora, é lícito aos leiloeiros residirem em um estado e exercer a profissão em outra unidade da federação na medida que devidamente matriculado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Como bem reconheceu a administração pública em pareceres anteriores, este licitante dispõe de endereço no estado do Rio de Janeiro, entretanto, considerando que o SICAF sincroniza automaticamente as informações cadastradas no sistema gov.br, é certo que o endereço cadastrado é o de seu domicílio fiscal e não daquele que exerce a profissão no estado do Rio de Janeiro, o que evidencia a ilegalidade tanto do edital, quanto do procedimento da administração pública ao parametrizar o sistema de tal forma a não permitir a participação isonômica de todos os licitantes.



De todo modo, a ilegalidade na aplicação de tal critério referente a licitações de leiloeiros consiste no fato de que a preferência constante do artigo tem por objetivo fomentar a economia local do estado em que o órgão licitante encontra vinculado.

Logo, tratando-se de contratação de leiloeiro, cuja profissão é vinculada a unidade federativa vinculada a junta comercial de cada estado, é certo que não pode haver diferenças entre os licitantes, pois ao estar devidamente cadastrado na JUCERJA, o leiloeiro deve cumprir com todas as obrigações locais, inclusive o recolhimento de impostos e contratação de serviços que visam o fiel cumprimento do contrato.

Neste sentido, não há como aplicar a preferência pela economia local, uma vez que todos os licitantes pertencem a economia local, na medida que habilitados pela junta comercial para o exercício da profissão naquela unidade da federação.

Diante do exposto, não resta dúvida de que a adoção do art. 60, § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021, constitui uma medida desarrazoada e desproporcional, visto que o critério adotado se revela impraticável neste caso, ao priorizar a forma em detrimento do resultado eficaz do certame em questão.

2. DOS PEDIDOS

Com base no exposto, requer-se:

a) O recebimento e conhecimento do presente recurso vez que cabível e pertinente.

b) No mérito requer-se o provimento do presente recurso a fim de que seja reconhecido o direito deste recorrente em participar do sorteio eletrônico, na medida que dispõe de endereço no Rio de Janeiro, bem como está habilitado pela JUCERJA (fato incontroverso), de modo que não sendo este o entendimento desta comissão, que a licitação seja declarada nula de pleno direito, sob a inaplicabilidade do critério de territorialidade quando da contratação de leiloeiros.



Nestes termos

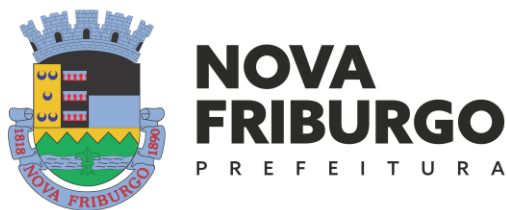
Aguarda deferimento.

HELICIO
KRONBERG:085187
84824

Assinado de forma digital por
HELICIO KRONBERG:08518784824
Dados: 2025.01.14 18:18:47
-03'00'

HELICIO KRONBERG
Leiloeiro Público Oficial





SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão II

À Procuradoria-Geral do Município

Processo Licitatório nº 9.517/2024, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 90.157/2024, para **CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL**, de forma continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação antieconômica, veículos, alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.

Trata-se de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pelo leiloeiro sr. **HELCIO KRONBERG**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação do leiloeiro sr. **ROGERIO MENEZES NUNES**, no bojo do Pregão Eletrônico n.º **90.157/2024**.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do PE nº 90.157/2024, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pelo **leiloeiro sr. HELCIO KRONBERG**, doravante denominado Recorrente, contra o sorteio realizado pelo Sistema Compras.Gov, que classificou o leiloeiro **sr. ROGERIO MENEZES NUNES**, doravante denominado Recorrido, como



SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão II

provisoriamente vencedor. A intenção de recurso é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

I.b. DO RECURSO

O Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a reconsideração da decisão de habilitação, conforme síntese das alegações a seguir:

- i.) **o critério de** desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, § 1º, inciso I, se mostra ilegal à medida que vai de encontro ao que prevê o art. 9º, inciso I, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021 e constitui uma medida desarrazoada e desproporcional;
- ii.) **utilizar como** parâmetro para desempate aqueles que tem domicílio e cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo, é restringir a competitividade.

Requer, ao final, o recebimento e provimento do presente recurso a fim de que seja reconhecido o direito deste recorrente em participar do sorteio eletrônico.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

II. DA ANÁLISE PRÉVIA DO PREGOEIRO

Primeiramente, cumpre salientar que o Recorrente já havia apresentado Impugnação ao Edital, a qual fora analisada por esta Especializada Jurídica através do processo administrativo digital nº 46.998/2024.

Compulsando o teor do Recurso apresentado, verifica-se que o Recorrente se insurge novamente contra o texto legal do diploma que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos, notadamente quanto à norma que define os critérios de desempate estabelecidos pelo Artigo 60, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe (grifos nossos):

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

(...)

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

(...)

Registra-se que os critérios de desempate foram incluídos no item 9.17 do Edital do certame em total conformidade à Lei nº 14.133/2021 e à parametrização



SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão II

configurada no Sistema Compras.gov.br, que é o portal de compras públicas disponibilizado e gerenciado pelo Governo Federal através da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES.

Faz-se necessário salientar que a aplicação dos critérios de desempate é realizada dentro da sessão do pregão eletrônico de forma automática e autônoma pelo Sistema, conforme parametrização instituída e configurada pelo Ministério da Economia, por meio da SEGES, que é o órgão federal gestor do Sistema.

Assim, o Município não exerce qualquer gestão ou autonomia sobre o Sistema e não há a possibilidade de alteração de nenhum dos parâmetros preestabelecidos e empregados de forma automática, os quais guardam obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nada obstante, ressalta-se que o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br será aquele cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que é o sistema do Governo Federal que permite que os fornecedores se cadastrem para participar de licitações públicas. Tal orientação fora firmada no parecer jurídico da PGM e visa ao atendimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

É possível notar que o Recorrente está cadastrado no SICAF no Estado do Paraná, conforme demonstra a imagem extraída do Portal Compras.gov.br:





SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão II

O procedimento do sorteio em comento seguiu, portanto, exatamente os ditames da legislação específica vigente e a parametrização instituída pelo órgão federal gestor do Sistema Compras.gov.br, não havendo qualquer tipo de gestão por parte dos Municípios sobre os parâmetros instituídos e configurados pelo Governo Federal.

III. DAS DILIGÊNCIAS

Por todo o exposto, tendo em vista que as alegações são de cunho técnico-jurídico, encaminho o presente processo nos termos do subitem **21.11** do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.157/2024, à Procuradoria-Geral do Município, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão desta Comissão de Pregão.

Após a análise e manifestação quanto aos aspectos jurídicos, solicitamos o retorno do presente processo para regular prosseguimento.

Os relatórios de Julgamento e Habilitação na íntegra e as demais informações e documentos da contratação podem ser acessados através do link: <https://pncp.gov.br/app/editais/28606630000123/2024/128>.

Nova Friburgo, 20 de janeiro de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula nº 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



Processo: 1.870/2025

Requerente: Helcio Kronberg

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.157 de 2024 - Processo Licitatório n. 9.517/2024

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Licitações e Contratos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pelo leiloeiro, Sr. HELCIO KRONBERG, acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.157 de 2024 - Processo Licitatório n. 9.517/2024, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL, de forma continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação antieconômica, veículos, alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.

Para melhor didática e compreensão, passa-se, a seguir, ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, o recorrente alega que no dia 09/01/2025 foi aberta a sessão pública e que inicialmente os licitantes que se declararam como empresas de pequeno porte foram desclassificados, de modo que as demais, tendo permanecidas empatadas, fora aplicado o critério de territorialidade previsto no inciso I, do §1º do art. 60 da Lei 14.133/2021, tendo sido observado o endereço cadastrado no SICAF.

Afirma, ainda, que embora tenha sido objeto de Impugnação, a Administração reconheceu como válida a aplicação de tal regulamento.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Argumenta, ainda, que a profissão de leiloeiro exige vinculação a junta comercial de cada unidade federativa que deseja desenvolver sua atividade, logo como o objetivo do art. 60, §1º, inciso I é o fomento à economia local, não há como aplicar a preferência pela economia local, uma vez que todos os licitantes pertencem a economia local, na medida que habilitados pela junta comercial para o exercício da profissão naquela unidade da federação, afirmando que tal medida é desproporcional e desarrazoada.

I.2. Das Contrarrazões

Segundo apresentado pela Comissão de Pregão II em sua manifestação, apesar de devidamente notificada, a recorrida não apresentou contrarrazões ao recurso.

I.3. Da Manifestação da Pregoeira

A pregoeira da Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 08/12, alega que compulsando o teor do Recurso apresentado, verifica-se que o Recorrente se insurge novamente contra o texto legal do diploma que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos, notadamente quanto à norma que define os critérios de desempate estabelecidos pelo Artigo 60, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, registrando que os critérios de desempate foram incluídos no item 9.17 do Edital do certame em total conformidade à Lei nº 14.133/2021 e à parametrização configurada no Sistema Compras.gov.br.

No mais, salientou que a aplicação dos critérios de desempate é realizada dentro da sessão do pregão eletrônico de forma automática e autônoma pelo Sistema, conforme parametrização instituída e configurada pelo Ministério da Economia, por meio da SEGES, que é o órgão federal gestor do Sistema, afirmando ainda que o Município não exerce qualquer gestão ou autonomia sobre o Sistema e não há a possibilidade de alteração de nenhum dos parâmetros preestabelecidos e empregados de forma automática.

Ainda em sua manifestação, a pregoeira colacionou imagem extraída do Portal Compras.gov.br que demonstra que o recorrente está cadastrado no SICAF no Estado do Paraná. No mais, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral do Município para análise dos



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão da Comissão de Pregão.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Pois bem, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão II, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida**, que, **se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). O pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequa ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por certo, esta assessoria jurídica se manifestará sobre os aspectos jurídicos do recurso, cabendo ao Pregoeiro e à secretaria requisitante exarar sua decisão.

II.1.Do critério de desempate previsto no art.60, §1º, inciso I da Lei 14.133/2021

Inicialmente, insta salientar que o Recorrente, em um primeiro momento, já apresentou Impugnação ao Edital, a qual fora analisada por esta assessoria através do processo administrativo digital n. 46.998/2024, acerca do mesmo tema a ser tratado no presente recurso.

Com relação a aplicação do art. 60, § 1º, inciso I da Lei 14.133/2021, repisamos o apresentado por esta assessoria nos autos dos Processos 28.327/024 (Recurso apresentado no certame anterior) e 46.998/2024 (Impugnação apresentada pelo mesmo recorrente no certame em comento), no sentido de que há na doutrina pátria entendimento de que critérios de desempate baseados em preferência decorrente de domicílio ou local de desempenho da atividade



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



desencadeariam inconstitucionalidade, conforme nos apresenta o doutrinador Marçal Justen Filho.

No entanto, não há, até o momento, notícias de que a inconstitucionalidade alegada pela doutrina foi acatada. Desta forma, até a sua revogação pode ser adotado, desde que devidamente detalhado e exposto no Edital.

Isto posto, é importante salientar que há no ordenamento o princípio da vinculação ao edital, conforme art. 5º da Lei 14.133/2021, que prevê que tanto a Administração quanto os licitantes estão vinculados às disposições previstas no instrumento convocatório. Sobre o assunto, assim leciona Marçal Justen Filho em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas:

16) O princípio da vinculação ao ato convocatório

Na licitação, a vinculação à lei é complementada pela vinculação ao ato convocatório. A Administração dispõe de margem de autonomia para configurar o certame. Mas é de sua incumbência determinar todas as condições da disputa antes de seu início e tais escolhas realizadas vinculam a autoridade (e aos participantes do certame).

Sendo assim, toda a documentação pertinente a ser apresentada pelo licitante deve estar prevista no edital e seus anexos. Portanto, tendo em vista que no caso concreto há no item 9.17 do edital a previsão de aplicação do critério de desempate do art. 60, § 1º, inciso I da Lei 14.133/21, o licitante e a Administração estão vinculados à sua utilização.

No mais, sobre o assunto a pregoeira afirmou ainda que os critérios de desempate foram incluídos no item 9.17 do Edital do certame em total conformidade à Lei nº 14.133/2021 e à parametrização configurada no Sistema Compras.gov.br, salientando ainda que a aplicação dos critérios de desempate é realizada dentro da sessão do pregão eletrônico de forma automática e autônoma pelo Sistema, conforme parametrização instituída e configurada pelo Ministério da Economia, por meio da SEGES, que é o órgão federal gestor do Sistema.

Logo, pelo apresentado pela Comissão de Pregão, a questão quanto a aplicação do



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



critério de desempate por territorialidade passa a ser mais uma questão técnica e sistêmica do que jurídica.

II.2. Do parâmetro do desempate pelo cadastro no SICAF

Conforme apresentado pela pregoeira em sua manifestação, o endereço utilizado pelos licitantes no Sistema do Compras.gov.br será aquele cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que é o sistema do Governo Federal que permite que os fornecedores se cadastrem para participar de licitações públicas. Tal orientação foi firmada no parecer jurídico desta assessoria e visa ao atendimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No mais, com relação ao endereço utilizado no efetivo cadastramento de licitantes no SICAF, a Comissão de Pregão possui maior expertise sobre tal assunto, tendo a Comissão afirmado que o Município não exerce qualquer gestão ou autonomia sobre o Sistema e não há a possibilidade de alteração de nenhum dos parâmetros preestabelecidos e empregados de forma automática, os quais guardam obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Logo, considerando que a Administração e os licitantes devem observar a vinculação ao edital, como apresentado no tópico anterior, bem como a existência de previsão expressa de que para fins de desempate serão considerados pelo sistema apenas o endereço principal cadastrado no SICAF, entende esta assessoria jurídica que no presente caso concreto não assiste razão ao recorrente.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que não assiste razão ao recorrente, opinando esta assessoria pela remessa dos autos ao Setor de Patrimônio para ciência e manifestação e, após, à Comissão de Pregão II para adoção das providências necessárias ao prosseguimento do feito.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERA
DO MUNICÍPIO



Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 29 de Janeiro de 2024.

Amanda Foly Azevedo
Assessor Nível Intermediário
Subprocuradoria de Licitações e Contratos
Matrícula n.115.212



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O E R E C U R S O S
H U M A N O S

Processo Administrativo nº: 9517/2024

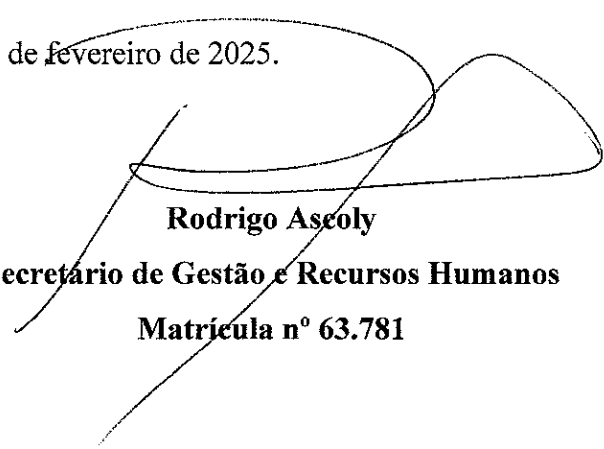
Requerente: Helcio Kronberg

Assunto: Recurso - Licitação

Considerando o disposto às fls. 13/19, assiste razão ao parecer exarado pela Procuradoria-Geral do Município no tocante ao recurso apresentado pelo requerente.

Sendo assim, remetam-se os autos à Comissão de Pregão II para que adote as medidas cabíveis para prosseguimento do feito.

Nova Friburgo, 05 de fevereiro de 2025.



Rodrigo Ascoly
Secretário de Gestão e Recursos Humanos
Matrícula nº 63.781

Comissão Permanente de Pregão II

DECISÃO DO RECURSO

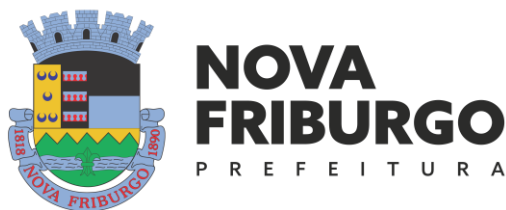
PE Nº 90.157/2024

Processo Licitatório nº 9.517/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.157/2024, para **CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL**, de forma continuada, para atuar na preparação, organização e condução de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis de recuperação antieconômica, veículos alienação de bens imóveis e material em geral da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Friburgo, de acordo com art. 31, §1º da Lei nº 14.133/2021, pelo período de 05 (cinco) anos.

Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso I, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Pregoeiro desta Comissão Permanente de Pregão II, instituído pela Portaria nº 084, de 14 de janeiro de 2025, da Secretaria de Licitações e Planejamento de Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do recurso administrativo interposto pelo leiloeiro sr. **HELICIO KRONBERG**, doravante denominado Recorrente, contra a decisão de habilitação do leiloeiro sr. **ROGERIO MENEZES NUNES**, no bojo do Pregão Eletrônico n.º 90.157/2024.

I. RESUMO DO RECURSO

O Recorrente, de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema Compras.gov.br, recurso que objetivou a reconsideração da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que o critério de desempate previsto na Lei 14.133/2021, art. 60, § 1º, inciso I, se mostraria ilegal à medida que vai de encontro ao que prevê o art. 9º, inciso I, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021 e constituiria uma medida desarrazoada e desproporcional e que, ainda, a utilização como parâmetro para desempate do domicílio e



SECRETARIA DE LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão II

cadastro no SICAF previamente no Município de Nova Friburgo seria restringir a competitividade. Ao final, requereu o recebimento e provimento do recurso a fim de que fosse reconhecido seu suposto direito em participar do sorteio eletrônico.

Não foram apresentadas contrarrazões e o processo fora submetido, na sequência, à análise técnica da Procuradoria-Geral.

II. DA ANÁLISE JURÍDICA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

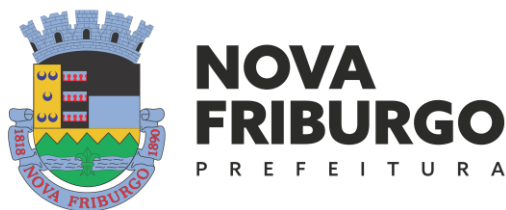
A Procuradoria-Geral do Município (PGM), ao realizar a análise do presente processo, exarou o parecer técnico de fls. 13 a 19, do qual destaca-se a seguinte conclusão:

“Logo, considerando que a Administração e os licitantes devem observar a vinculação ao edital, como apresentado no tópico anterior, bem como a existência de previsão expressa de que para fins de desempate serão considerados pelo sistema apenas o endereço principal cadastrado no SICAF, entende esta assessoria jurídica que no presente caso concreto não assiste razão ao recorrente.”

Ressaltamos que a Secretaria Requisitante acolheu, na íntegra, o referido parecer técnico da PGM, nos termos da manifestação de fls. 20.

III. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, avaliamos que a realização de um novo sorteio com licitantes adicionais ou sua inclusão retroativa



S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

neste certame comprometeria a vinculação ao edital e a segurança jurídica do processo, princípios que norteiam Licitações. Essa situação viola o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 723/2024 - TCU - Plenário), que reforça a importância de seguir os critérios inicialmente estabelecidos para evitar questionamentos e anulações futuras.

Diante das considerações expostas, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pelo leiloeiro sr. **HELICIO KRONBERG** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.157/2024, e no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão pela habilitação leiloeiro sr. **ROGERIO MENEZES NUNES** no certame licitatório.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do artigo 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em pauta, observando o prazo de 10 (dez) dias úteis, previsto na lei.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/>.

Nova Friburgo, 06 de fevereiro de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula nº 990.996